

Manifestação de Repúdio a Indicação Política de Cargos Técnicos na Administração Pública

A Federação Brasileira de Geólogos apresenta seu total repúdio ao processo predatório de nomeações políticas, sem qualquer critério técnico, para cargos de relevância importante na gestão dos recursos naturais e minerais brasileiros. Os casos recentes ocorridos na CPRM e DNPM demonstram o total desprezo de certos setores políticos pela sociedade e para o planejamento técnico de longo prazo. A negociação de cargos de gestão técnica por pessoas sem nenhum ou pouco conhecimento e experiência nesses setores trazem um prejuízo grave para nossas instituições, que a ficam à mercê de pessoas sem qualificação para tais funções.

Não se pode deixar de considerar o custo de dar uma função a pessoas externas ao quadro de empregados em uma empresa pública. Um empregado do quadro efetivo, quando exerce uma função de confiança, recebe geralmente a gratificação, que corresponde a 30% do salário função. Pessoas externas, além de receberem o salário função integral, ainda tem direito a todos os benefícios da empresa (assistência médica, alimentação, seguro) acarretando despesas extras para a empresa.

Em um contexto de contenção de despesas, com projetos restringindo gastos, causa indignação ver o desgoverno da concessão de cargos de confiança, grande parte das vezes a indivíduos desqualificados para a função. Em uma empresa como a CPRM, que conta com 636 empregados de nível superior, a grande maioria com cursos de pós graduação e especialização, causa estranheza encontrar cargos preenchidos através de indicações políticas por pessoas de escolaridade restrita ou formação profissional totalmente alheia à função que passam a exercer.

Para não se cometer injustiças, cabe esclarecer que existe reconhecimento ao trabalho de um ou outro destes indicados, e que há opinião corrente entre os funcionários da CPRM acerca da eventual conveniência de quadros técnicos externos atuarem na empresa. Mas os fatos em foco são de outra ordem, e a grande movimentação de cargos observada nos últimos meses indica que a corrida por recompensas a favores políticos de caráter fisiológico está fora de controle nos órgãos do Ministério de Minas e Energia, gerando absurdos como o da Superintendência da CPRM Manaus, a cargo de um ex-prefeito condenado a ressarcir os cofres do município que governou em oito milhões de reais; e o pior, não é o único condenado (em julgado) dentre os recentes cargos de confiança nomeados por indicação política na empresa.

A FEBRAGEO apoia as manifestações realizadas por funcionários de carreira da CPRM e incentiva a todos os profissionais e pessoas que querem o bem do Brasil, e se posicionarem contra esse absurdo predatório. Incentivamos e apoiamos ainda que mais manifestações e denúncias ao Ministério Público sejam feitas para que o Brasil não seja um país a negociação de cargos esteja acima da competência e experiência profissional.

Acidentes recentes como o de Mariana nos lembram da importância da valorização de nossos órgãos técnicos de fiscalização e pesquisa, mas parece que os políticos inescrupulosos não se preocupam em nada com nossa sociedade.

Então convocamos todos a lutar, divulgar e se manifestar contra essas nomeações e negociações de cargos públicos. Aqui uma relação recente de nomeações, no mínimo, duvidosas.

Diretoria da FEBRAGEO – Federação Brasileira de Geólogos